



Quatro anos do Massacre de Paraisópolis: a juventude deve confiar em suas próprias forças para lutar

Quatro anos depois do bárbaro massacre promovido pela PM de SP em Paraisópolis, ninguém foi punido. A justiça militar inocentou todos os envolvidos. A justiça civil caminha a passos de tartaruga, com 13 policiais acusados, que podem ser levados a júri popular. Haverá uma segunda audiência no próximo dia 18. Outros tantos envolvidos já foram liberados das acusações. Está aí o porquê de não se confiar na justiça burguesa.

Gustavo Xavier, Denys Henrique Quirino da Silva, Marcos P. O. Santos, Dennys Guilherme dos Santos Franco, Luara Victoria de Oliveira, Eduardo Silva, Gabriel R. de Moraes, Bruno Gabriel dos Santos e Mateus dos S. Costa, tinham entre 14 e 23 anos quando tiveram suas vidas interrompidas pela ação do Estado. Foi claramente uma ação de vingança devido à morte de um sargento na região dias antes. As famílias e apoiadores juntaram provas mais que suficientes para deixar claro que se tratou de uma ação pensada e preparada para matar. O lema “servir e proteger” da polícia há

muito tempo está manchado de sangue, e seu real significado é servir à burguesia e proteger a propriedade privada. Essa é a verdadeira função das polícias.

Em nosso primeiro manifesto sobre o caso, publicado no dia 3 de dezembro de 2019, apontamos as raízes sociais do massacre, que estão na ação assassina do braço armado do Estado, a polícia, nas condições de miséria a que são submetidas as massas pobres no país, principalmente a juventude, que não encontra na sociedade capitalista as condições mínimas de existência, de trabalho, de lazer etc. Aquele contexto estava marcado pela ação do Governo Federal de Bolsonaro, voltada a precarizar ainda mais a vida dos jovens com a tal “Carteira verde amarela”: “A burguesia e seus governantes não têm nada a oferecer aos milhões de jovens. Basta ver a decisão de Bolsonaro/Guedes de impor o “Programa Verde Amarelo”, para isentar de uma série de taxas os capitalistas, que contrataram jovens com salários miseráveis e sem nenhum direito trabalhista. A reforma trabalhista e a lei da terceirização são

ataques violentos à maioria explorada. As medidas educacionais dos governos expulsam milhares de jovens das escolas. Não por acaso, boa parte da juventude nem trabalha, nem estuda, por única responsabilidade da burguesia e de seus governantes.”

Quatro anos se passaram, e não podemos dizer que a vida da juventude melhorou, pelo contrário, piorou. No ano passado, vimos as entidades estudantis, a UNE e a UBES colocarem todos os seus esforços para que os jovens tirassem título de eleitor, alimentando as ilusões na democracia burguesa. E, apesar da troca de governo, o jovem segue sendo massacrado em suas condições de vida. Um ano depois das eleições, a Carteira Verde Amarela foi aprovada na Câmara dos deputados, com a liberação do governo Lula, para que sua base votasse como quisesse, ou seja, para que aprovasse o programa. Como se vê, entra governo, sai governo e os únicos interesses que são garantidos são os dos capitalistas. Aos jovens pobres, resta a matança policial, a violência, a prisão, o desemprego, o subemprego, a fome e a miséria.

A mais do que a justa responsabilização dos policiais envolvidos é insuficiente. O comando da PM e o governo do estado de SP devem ser responsabilizados. Mas

devemos dizer que esse foi mais um dos tantos crimes de classe da burguesia contra os explorados, por isso, a resposta definitiva só poderá vir através da luta de classes, da organização revolucionária do proletariado para acabar de uma vez por todas com toda forma de exploração e opressão que são fruto do capitalismo podre. Somente um Tribunal Popular constituído pelas organizações operárias e independente diante dos exploradores e do Estado burguês pode punir os responsáveis pela chacina em Paraisópolis e tantas outras.

Eis por que o Partido Operário Revolucionário (POR) defende que só colocando em pé um Tribunal Popular será possível investigar, responsabilizar e condenar todos os crimes da burguesia. Defendemos também que a luta contra a opressão policial deve ser parte da luta mais geral contra a exploração do trabalho, contra as malditas reformas que esmagam a maioria. É por isso que os sindicatos, movimentos sociais, entidades estudantis e centrais sindicais devem fazer parte dessa luta e convocar um Dia Nacional de Lutas, com greves, paralisações e bloqueios, como forma dos trabalhadores unificarem suas reivindicações em um só movimento contra a burguesia e seus governos.

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Entre em contato, acesse o nosso site e redes sociais através do QR Code:

